

# AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO IMPLICAM NA REORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**Luiz Antonio Koritiake – UNISO**

[lkoritiake@globocom.com](mailto:lkoritiake@globocom.com)

**Resumo:** Com a proposta de formar um novo trabalhador com perfil próprio para atender o mundo do trabalho, o Centro Paula Souza implantou inúmeras mudanças nos ensino técnico e médio. Desta forma, o autor busca identificar como esta instituição interpretou e incorporou as propostas dos diversos setores da sociedade e da legislação, levando em conta a sua trajetória como centro de formação profissional.

**Palavras-chave:** educação profissional; reestruturação produtiva; mundo do trabalho

## Introdução

Existe uma rede implicações entre a reestruturação da produção e a educação profissional que nos levam a uma afirmativa: *as mudanças no mundo do trabalho implicam na reorganização da educação profissional.*

Para que pudéssemos comprovar esta afirmativa e a rede de implicações, entre reestruturação produtiva e educação profissional, limitamos o nosso campo de estudo a uma publicação do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza<sup>1</sup> - CEETEPS, “*As propostas do CEETEPS – ensino técnico – ensino médio – sistema de avaliação*”, publicada em 1998, que serviu de orientação para a reorganização do ensino médio e técnico em suas unidades escolares.

A reorganização do ensino técnico e do ensino médio pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza sofreu e vem sofrendo influências de diversos setores da sociedade: organismos internacionais e nacionais, da legislação pertinente e de sua própria trajetória como instituição mantenedora das escolas técnicas estaduais.

Desta forma, buscamos identificar como esta instituição interpretou as propostas dos diversos setores da sociedade e o que incorporou como resposta para a reorganização do ensino técnico e do ensino médio no estado de São Paulo.

## 1. Contextualização

As instituições privadas e públicas de um modo geral têm realizado significativas mudanças organizacionais, nos últimos anos, para fazer face às transformações que vêm ocorrendo na economia mundial.

Fatores como o avanço do neoliberalismo, a crise do comunismo, a superação dos modelos produtivos de Taylor<sup>2</sup> e Ford<sup>3</sup> e a ciência e a tecnologia, levam à consumação de uma transformação que, no conjunto, vem provocando impactos em diversos setores, político, econômico e social, obrigando o surgimento de mecanismos organizacionais que propiciem padrões para atender um mercado mais competitivo.

Segundo a Confederação Nacional das Indústrias – CNI (2007, p. 7),

A indústria brasileira vem realizando um notável esforço para sua inserção nos padrões competitivos do mercado global. Esse movimento é marcado pela acelerada incorporação de tecnologias à produção, processo que incentiva a inovação nos vários segmentos da atividade econômica. As mudanças em curso estimulam novos formatos organizacionais e provocam alterações no ambiente industrial.

Numa sociedade dominada pelas exigências do capital o processo de reestruturação produtiva vem trazendo inúmeras conseqüências para o mundo do trabalho e para o âmbito do desenvolvimento das políticas sociais. (DELUIZ; GONZALES; PINHEIRO, 2003)

As políticas públicas de um modo geral estão associadas com o crescimento econômico, daí ser impossível tratar de políticas públicas sociais, como é o caso da educação, sem que a análise deixe de considerar o contexto sócio-econômico.

Nessa perspectiva o estabelecimento de políticas educacionais é oriundo das relações sociais advindas do processo produtivo assumidas pelo modelo capitalista de produção.

Na década de 1990, as políticas sociais sofreram uma série de transformações decorrentes de mudanças de ordem política e econômica. No campo político constata-se a redução das funções sociais do Estado, com o estabelecimento das novas relações Estado/mercado, fruto de um ideário neoliberal nos planos governamentais e das diretrizes propostas pelos organismos internacionais de financiamento. De modo geral, no campo econômico as políticas são implementadas em função das crises econômicas. (DELUIZ; GONZALES; PINHEIRO, 2003)

A partir da política de redefinição do papel do Estado e das exigências do setor produtivo para a garantia de competitividade, os governos de tendências neoliberais têm atribuído um novo valor às políticas sociais.

Muitas iniciativas de reforma do sistema público aconteceram dentro destes novos valores adotados pelo Estado. Vamos nos ater neste trabalho na redefinição do papel da educação, no sentido de adaptá-la às exigências do mercado. Tais exigências podem ser responsáveis pelas inúmeras iniciativas dos empresários, trabalhadores, governos e organismos internacionais em formularem propostas no âmbito das políticas educacionais.

A preocupação de organismos internacionais e mesmo nacionais com a educação vem da necessidade de formular e promover atividades e projetos de assistência para o desenvolvimento que se ajustem às necessidades regionais, procurando garantir que a reestruturação econômica seja acompanhada de equidade social.

Nos anos de 1990 podem ser detectadas distintas recomendações destes organismos aos governos e instituições geradoras de políticas públicas educacionais, intervindo direta ou indiretamente na elaboração dos itinerários formativos e na forma de condução e organização de sistemas educacionais.

Torres (1996) relata como o Banco Mundial vem ao longo dos anos influenciando nas políticas educacionais dos países da América Latina, afirmando que

Embora a visibilidade do BM (Banco Mundial) no setor educativo seja recente, ele vem trabalhando de forma direta neste setor há mais de trinta anos, ampliando cada vez mais seu raio de influência e ação e abrangendo atualmente as atividades de pesquisa, assistência técnica, assessoria aos governos em matéria de políticas educativas, assim como prestando ajuda para a mobilização e coordenação de recursos externos para a educação. (TORRES, 1996, p. 127-128)

A atuação de muitas organizações avalizadas pelo Banco Mundial<sup>4</sup> está ligada ao aspecto financeiro, ao fornecimento de empréstimos aos países periféricos, mas, sobretudo, ao controle econômico, cultural e político que exercem nos países credores a partir da exigência de cumprimento de recomendações incorporadas pelas assessorias técnicas. A cada empréstimo, o país tomador trilha caminhos que expressam a ingerência destes organismos nas políticas macroeconômicas e nas políticas setoriais dos países devedores.

A irradiação das formulações e propostas destes órgãos internacionais e mesmo nacionais nas políticas públicas brasileiras e na educação profissional não é diferente.

Desta forma, muitas propostas apontam para a educação como causa e solução dos problemas das economias nacionais e internacionais, passando a ser indispensável ao processo de formação profissional.

Para os adeptos desta concepção – Teoria do Capital Humano<sup>5</sup>, a educação passa a ser um fator decisivo para a eficiência e produtividade, estabelecendo uma dinâmica semelhante ao do setor produtivo. A melhoria do nível de especialização dos trabalhadores, o aumento das habilidades através da capacitação e a maior acumulação de conhecimento são reconhecidos nesta teoria como fatores importantes para o crescimento econômico de um país ou região. Desta forma, segundo Oliveira (2001, p. 27) esta teoria prenuncia também que

[...] uma maior escolarização contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, em função de um aumento de renda que decorre, diretamente, da sua melhor qualificação para o desempenho no mercado de trabalho. Em outras palavras, o incremento da produtividade – decorrente do aumento da capacitação – levaria a que o indivíduo também se beneficiasse pelo aumento dos seus salários.

Outros estudos apontam efeitos diretos da educação sobre a capacidade de produzir e aumentar a produtividade econômica dos países. Nesse aspecto, Carnoy (1992, p. 25) afirma que “a educação básica parece ser crucial para uma maior produtividade e crescimento, seja pelos conhecimentos acadêmicos que transmite ou pelo desenvolvimento da capacidade de concluir tarefas.”

Carnoy (1992) acredita ainda que com as habilidades adquiridas na educação básica, os indivíduos desenvolvem suas capacidades de se adaptar às mudanças, às novas maneiras de produzir e principalmente de tomar decisões. Tais habilidades tratam das novas solicitações feitas à educação tendo em vista a busca de maior produtividade, qualidade e competitividade, marcas de uma economia de mercado.

Segundo Bianchetti (1997, p. 94)

Essa teoria incorpora em seus fundamentos a lógica do mercado e a função da escola se reduz à formação dos “recursos humanos” para a estrutura de produção. Nessa lógica, a articulação do sistema educativo com o sistema produtivo deve ser necessária. O primeiro deve responder de maneira direta à demanda do segundo.

A educação que deveria ser um instrumento de construção de relações mais solidárias entre as pessoas, passa a ser vista apenas como um instrumental de formação dos indivíduos para disputarem uma posição no mercado de trabalho. “[...] na prática, serve mais uma vez como mecanismo ideológico que tenta ocultar as relações de exploração e de

aprofundamento das desigualdades sociais que estamos vivendo [...]”. (OLIVEIRA, 2001. p. 30)

Os conhecimentos adquiridos pelo trabalhador através de diferentes processos e instituições sociais - família, escola, empresa, etc. - somados às suas habilidades, também adquiridas socialmente e acrescidas de suas características pessoais, constituem um conjunto de saberes e habilidades que não garantem a empregabilidade apregoada pela Teoria do Capital Humano. Outros fatores de ordem social, econômico, político e cultural interferem nesta relação educação e trabalho, que não aprofundaremos por não ser o nosso foco deste trabalho.

Sob a influência dos organismos internacionais e nacionais, as políticas educacionais são desenvolvidas objetivando o fortalecimento da reprodução do capital. Ao mesmo tempo, cada vez mais se torna evidente os quanto vários administradores – federais, estaduais e municipais – instituem mecanismos voltados diretamente à diminuição da participação do Estado no setor social, abrindo para um conjunto maior de instituições privadas a possibilidade de disputar o fundo público, medidas estas que representam a diminuição do controle do Estado sobre a educação e, conseqüentemente, a privatização de parte do sistema educacional. (OLIVEIRA, 2001. p. 30)

Desde as primeiras discussões sobre a elaboração da Constituição de 1988 o tema educação foi muito debatido, evidenciando diferentes posições e concepções no sentido de adaptar o sistema educacional brasileiro às necessidades de um país em desenvolvimento. Sendo assim, propostas de reforma surgiram desde então, que estão se consolidando nestes anos, primeira década do século XXI. Propostas estas que tiveram como ponto central o processo de reformulação da legislação educacional culminando com a aprovação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Seus dispositivos legais são marcados pela flexibilização, descentralização e padrão de qualidade com base no princípio da autonomia escolar, tanto quanto à organização do tempo, reclassificação, definição de calendário, critérios de promoção, ordenação curricular, financiamento e outros, cabendo à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação deliberar sobre as diretrizes curriculares.

Na LDB 9394/96 os níveis e modalidades de educação e ensino estão dispostos em: educação básica, constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e educação superior (Art. 21, inciso I e II).

A educação profissional é tratada na LDB 9394/96 no artigo 36, § 2º e nos artigos 39 a 42, estabelecendo os objetivos, a quem se destina e outros temas referentes ao reconhecimento de cursos, validade dos diplomas e quem pode freqüentá-la. Estes dispositivos da lei da educação foram regulamentados pelo Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997, formalmente substituído pelo Decreto 5.154, de 23 de junho de 2004.

Neste conjunto de reformas podemos notar a preocupação com a preparação de profissionais, visando atender as necessidades do mercado de trabalho e a ingerência de organismos internacionais e locais nas resoluções do governo quanto à reorganização da legislação da educação.

O tema reestruturação produtiva e educação profissional ganha importância devido ao conjunto de reformas institucionais em implementação no ensino técnico, com impactos determinantes na concepção e organização dos programas conduzidos pelas instituições educacionais, bem como na redefinição do próprio perfil institucional da educação profissional.

## **2. Reorganização do ensino técnico e do ensino médio**

O Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, no presente está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, órgão do governo estadual. Após criação e incorporação de várias unidades de ensino médio, técnico e superior, administra 46 Faculdades de Tecnologias (Fatecs) e 157 Escolas Técnicas (Etecs) em 131 municípios do estado de São Paulo. As Etecs atendem mais de 142 mil estudantes nos níveis de ensino médio e técnico, nos setores Industriais, Agropecuários e de Serviços, com cerca de 83 habilitações. Nas Fatecs, mais de 32 mil alunos estão distribuídos em 45 cursos Superiores de Graduação. (dados de abril 2009)<sup>6</sup>

Considerado como a maior rede de ensino público e tecnológico gratuito da América Latina, criado como entidade autárquica, em 06 de outubro de 1969, através de Decreto-lei,

tendo como finalidade, “[...] a articulação, a realização e o desenvolvimento da educação tecnológica, nos graus de ensino médio e superior [...]” (Art. 2º, Decreto-lei de 06 de outubro de 1969).

Buscando sintonia com as diversas transformações do mundo produtivo o Centro Paula Souza vem contribuindo para a formação/preparação da mão-de-obra necessária para atender as novas demandas do mercado. Desta forma, realizou, em 1998, uma reformulação nos cursos oferecidos pelas escolas técnicas sob sua administração ao lançar o documento “*As propostas do CEETEPS – ensino técnico – ensino médio – sistema de avaliação*”, que serviu como guia de orientação para reformulação do ensino médio e técnico em suas unidades escolares.

Esta proposta vem cheia de “temperos”, de influências, do momento que se vivia, final dos anos de 1990. Influências do neoliberalismo, através dos organismos nacionais, internacionais e da sociedade em geral, da legislação reformulada para atender o novo contexto econômico e da própria cultura e trajetória da instituição.

Com a proposta de formar um novo trabalhador com perfil próprio para atender o mundo do trabalho, o Centro Paula Souza formulou inúmeras mudanças nos ensino técnico e médio e na sua organização administrativa, atendendo a legislação, base da reformulação, sob as influências externas e internas da sociedade. Desta forma estabeleceu a:

a) Desvinculação do ensino técnico do ensino médio

Por força da legislação o ensino técnico desvincula-se do ensino médio. A reorganização está apoiada no artigo 5º do Decreto 2208/97, “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este”.

b) Modularização dos cursos

As habilitações serão compostas por módulos com carga horária mínima prevista no dispositivo legal que institui a habilitação, conforme o contido no parecer CNE nº 05/97, item 3 e. 6 ao tratar da Educação Profissional. (CEETEPS, 1998, p. 10)

Os módulos terão caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional cursada. Os certificados de competências dos módulos que integram uma habilitação

profissional darão direito ao diploma correspondente de técnico, desde que o aluno tenha concluído também o ensino médio.

Com o intuito de atender a complexidade e a heterogeneidade do mundo do trabalho a modularização é, na realidade, uma estratégia para atender a diversidade solicitada. Ela possibilita que numa estrutura escolar, que trabalha com base no coletivo, exista a possibilidade de caminhos diferenciados de formação, saídas intermediárias e recorrência no processo e no projeto individual de formação.

Araújo (2001, p. 214) afirma que

A modernização e a eficiência do ensino técnico passam pela superação das qualificações restritas, mesmo que altamente especializadas, e apostam em currículos que atendam às exigências técnico-abstratas e de novos domínios sócio-comunicativos, fundamentais para uma formação flexível que permita adaptação às mudanças constantes no plano profissional e social.

O aproveitamento de estudos adotados pelo Centro Paula Souza com base no Decreto 2208/97, artigo 8º, § 2º, proporcionará ao aluno o redirecionamento de sua carreira profissional, tornando uma formação mais flexível.

#### c) Reformulação dos currículos por competências, no aprender a aprender

A lógica da educação profissional deve ser a da mobilização para a construção das competências necessárias para a atividade a ser desenvolvida pelos alunos. Este processo deve garantir um aprender a aprender e um aprender a fazer.

São evidentes nesta reformulação dos currículos, tanto para o ensino técnico como para o ensino médio, as idéias do “Relatório de Delors”, quando o mesmo afirma que

[...] a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. (DELORS, 1998, p. 89-90)

#### d) Introdução de componentes curriculares profissionalizante no ensino médio



Inúmeros componentes curriculares integraram o currículo do ensino médio, sendo 360 horas para componentes curriculares profissionalizantes de caráter geral voltados para o aprimoramento do educando como pessoa humana e sua preparação básica para a cidadania e para o trabalho. Outras 360 horas, destinadas a componentes curriculares de caráter técnico que poderão ser aproveitados quando o educando optar por um curso técnico do qual eles façam parte de um módulo. (CEETEPS, 1997, p. 9)

Portanto, com a inclusão destes componentes, tanto no ensino médio como nos cursos técnicos, vemos o estabelecimento da idéia de formação geral em preparação para o trabalho, proposta esta sugerida por inúmeros organismos internacionais e nacionais inclusive a LDB. Estes componentes oferecidos no itinerário formativo tanto do ensino médio como do técnico são usados em diversos campos de conhecimento.

A inclusão destes componentes curriculares no ensino médio dá uma conotação do mesmo estar qualificando para o exercício do trabalho, diferenciando muito pouco da formação dada antes da promulgação da LDB, em dezembro de 1996, quando a profissionalização e a qualificação aconteciam no segundo grau técnico. Acreditamos que a justificativa dada ao Conselho Deliberativo pela Coordenadoria de Ensino Técnico do Centro Paula Souza, garantiu o ensino médio nas unidades, deixando de dispensar inúmeros professores que perderiam aulas em função desta reestruturação.

#### e) Introdução de componentes curriculares de formação geral no ensino técnico

No ensino técnico a inclusão de 240 horas de componentes curriculares profissionalizantes de caráter geral voltados para a formação do trabalhador, busca atender as mudanças que caracterizam a produção do nosso tempo e do significado do trabalho no contexto da globalização.

É possível perceber que além da preocupação com a formação técnica específica a proposta do Centro Paula Souza volta-se para um possível aprimoramento do trabalhador como pessoa humana, incluído a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual do pensamento crítico.

Para tanto, os componentes curriculares: Estatística, Informática, Leitura e Produção de Texto, Ética e Cidadania, Tecnologia e Meio Ambiente e Gestão e Qualidade foram introduzidos no currículo dos cursos técnicos com o objetivo do “[...] aprimoramento do

educando como pessoa humana e sua preparação básica para a cidadania e para o trabalho [...]” (CEETEPS, 1998, p. 14).

f) Reformulação dos modelos convencionais de aquisição de conhecimento

A proposição de novas práticas pedagógicas solicitada pelo “Paula Souza” vem ao encontro da concepção de educação proposta por diversos estudiosos, onde

A reestruturação curricular, a partir de uma visão prospectiva das solicitações nos planos profissional e social, pressupõe a superação da inércia das práticas didáticas discursivas e de transferência de conhecimentos acabados, a recriação do processo de aprendizado incorporando novos meios de comunicação, além de exigir o desenvolvimento da autonomia do educando e a cooperação com seus pares e com os educadores. (ARAÚJO, 2001, p. 214)

g) Sistematização de mecanismos de avaliação da qualidade de ensino

A preocupação do Centro Paula Souza com a “garantia da qualidade” levou a Coordenadoria do Ensino Técnico a elaborar instrumento de avaliação no sentido de identificar o real estado do ensino médio e técnico em suas unidades escolares. Denominado de *Observatório Escolar*, implantado em 1998, este instrumento conta com uma etapa inicial em que a própria escola avalia diferentes aspectos do seu processo de gestão, permitindo a comunidade escolar identificar eventuais fatores sinalizadores de oportunidade e melhorias, promovendo assim uma gestão participativa, que se reflete na efetividade do processo de ensino aprendizagem. A consolidação do processo se dá com a visita de dois observadores à unidade escolar que, em conjunto com a equipe de auto-avaliação, chegam a um consenso sobre a validade das evidências apontadas pela equipe escolar.

As evidências estão divididas em sete blocos tais como: Gestão Pedagógica, Gestão do Espaço Físico, Gestão Participativa, Gestão de Pessoas, Gestão de Documentos, Gestão de Parcerias e Gestão de Serviços de Apoio. Este processo faz parte do *Programa de Melhoria Contínua e Sistematização dos Processos de Gestão Escolar* implantado pela Coordenadoria do Ensino Técnico.

Outro instrumento utilizado pelo Centro Paula Souza para medir o desempenho das unidades escolares é o Sistema de Avaliação Institucional – SAI. Foi realizado pela primeira vez em 1997, em algumas escolas como teste piloto, estendendo para todas as unidades (escolas técnicas e faculdades de tecnologia) em 1999.

A avaliação resultante do SAI, se propõe ser um indicador de nível de satisfação de alunos, professores, funcionários administrativos, pais e egressos frente às ações e resultados das propostas educacionais da escola. A uniformização da metodologia, conceituação e procedimentos da pesquisa, procura estabelecer uma comparabilidade da escola com ela mesma e com o conjunto das escolas. Os indicadores de processo representam a eficiência interna da escola onde se desenvolvem todas as ações escolares e se definem os graus de responsabilização dos atores envolvidos. Os indicadores de produto representam a eficácia dos procedimentos desenvolvidos na escola e seu grau de pertinência. Os indicadores de benefício indicam a extensão, relevância e pertinência dos resultados das ações escolares. (CEETEPS – SAI/ETE, 2006, p. 3.1)

Para atender às transformações que vinham ocorrendo no Centro Paula Souza, a criação do Grupo de Supervisão Escolar tornou-se outra ferramenta de orientação e controle das atividades acadêmicas e administrativas. Para tanto, estabeleceu normas e procedimentos para a elaboração do Plano Escolar, Plano de Curso, Plano de trabalho docente, Plano de trabalho do Coordenador de Área.

h) Teoria do Capital Humano e o ideário neoliberal como eixo da sua reformulação do ensino técnico e médio - educação, solução para as mazelas da sociedade e fator de empregabilidade

Muitos organismos internacionais apresentam a educação como sendo a solução para redução da pobreza e um fator chave para a inserção no mundo produtivo. Segundo Bueno (2000, p. 114) estes documentos afirmam que

[...] a relação entre a educação média completa e de melhor qualidade e a redução da pobreza é forte e direta. [...] A educação média completa converte-se, assim, e cada vez mais, no novo umbral educativo mínimo para assegurar uma inserção laboral produtiva e não precária.

Notamos esta relação entre educação e ascensão profissional - técnica e social no ideário neoliberal e na teoria do Capital Humano na fala do Superintendente do Centro Paula Souza, quando afirma que

[...] temos (**como instituição**) por obrigação zelar pela garantia de ascensão da classe trabalhadora. E o compromisso de propor e defender ações consistentes, que consolidem esse modelo de ensino e pavimentem o caminho rumo a uma estrutura educacional capaz não apenas de resgatar a dignidade dos trabalhadores brasileiros, mas de colocá-los à altura das demandas do mercado contemporâneo (MONTEIRO, 2004, p.4)<sup>7</sup>.

A idéia de que trabalhadores bem qualificados sustentam um crescimento da economia, reduzindo o desemprego, aumentando a produtividade e os salários, conseqüentemente diminuindo as desigualdades sociais e a pobreza, não é verdadeira. A melhoria da qualidade de vida está aliada dentre outros fatores a melhor distribuição de renda, ao pleno emprego, à valorização das capacidades humanas, investimento em educação, saúde e qualificações. Desta forma, as capacidades humanas bem desenvolvidas e oportunidades bem distribuídas podem assegurar que o crescimento não seja desequilibrado e que seus benefícios sejam partilhados eqüitativamente (OLIVEIRA, 2000. p. 126).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entendemos que o modelo de reestruturação do ensino médio e técnico proposto pelo Centro Paula Souza tem forte influências do ideário que estava/está pairando na sociedade brasileira.

Outros indícios de influências externas e internas poderão ser encontrados na reformulação do ensino técnico e médio nas unidades mantidas pelo Centro Paula Souza, mas ficamos com estes no momento, para podermos fechar este artigo que teve como eixo central a tese de que *as mudanças no mundo do trabalho implicam na reorganização da educação profissional*. Pudemos assim, constatar como a instituição interpretou estas propostas e o que incorporou como respostas para a reorganização do ensino médio e técnico.

Diante do exposto pode-se confirmar a hipótese de que a implantação das propostas de reorganização do ensino técnico e do ensino médio pelo Centro Paula Souza está sob a influência de organismos internacionais e nacionais, da legislação e de sua própria trajetória como instituição mantenedora das escolas técnicas estaduais. Portanto, sujeitas às mesmas críticas que são feitas as propostas desses organismos e à legislação que as incorpora que é fruto não apenas de tais propostas, mas dos interesses dos setores sociais da sociedade brasileira que com elas se afirmam.

## **NOTAS**

<sup>1</sup> Denominação dada em 1973, cujo patrono, Antônio Francisco de Paula Souza (1843 – 1917), foi um dos profissionais de renome, tanto no Brasil quanto no exterior. “Nutria grande amor pela engenharia e sonhava em fundar um Instituto Politécnico em São Paulo; em fins de 1893, o sonho tornou-se realidade: participou da fundação da Escola Politécnica” (Centro de Memória UNICAMP. Disponível em: <[http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec\\_pes\\_ant\\_francisco.htm](http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec_pes_ant_francisco.htm)> Acesso em: 25 jan. 2008).

<sup>2</sup> Frederick Winslow Taylor (1856-1915), “engenheiro mecânico, conhecido como o ‘Pai da Administração Científica’, abordagem apoiada em quatro princípios básicos: estudos das tarefas; seleção das melhores pessoas para execução das tarefas; treinamento; e incentivo monetário. Publicou cinco livros, dois dos quais tornaram muito conhecidos – *Princípios de Administração Científica e Gerência de fábrica.*” (CARAVANTES, 2005. p. 57 -58)

<sup>3</sup> Henry Ford (1863 – 1947), “Criou a Ford Motor Company em 1903. “A ele pode ser debitada a criação da linha de montagem, um sistema de produção altamente eficiente de produção, com altos volumes, com base nos princípios da Administração Científica.” (CARAVANTES, 2005. p. 71)

<sup>4</sup> O Banco Mundial está constituído por um grupo de instituições lideradas pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), que abrange cinco outros organismos: a IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento), a IFC (Corporação Financeira Internacional), o ICSID (Centro Internacional para Resolução de Disputa sobre Investimento), a MIGA (Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais) e o GEF (Fundo Mundial para o Meio Ambiente). Disponível em: <<http://www.obancomundial.org/index.php/content/view/6.html>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

<sup>5</sup> Para o estudo da Teoria do Capital Humano é fundamental inicialmente consultar as obras de Theodore Schultz, **O valor econômico da educação (1963)** e **O capital humano – investimentos em educação e pesquisa (1971)**; Frederick H. Harbison e Charles A. Myers, **Educação, mão-de-obra e crescimento econômico (1965)**. No Brasil, destaca-se, dentre outros autores Cláudio de Moura Castro com seu livro **Educação, educabilidade e desenvolvimento econômico (1976)**.

<sup>6</sup> [http://www.ceeteps.br/QuemSomos/Perfil\\_Historico/Perfil\\_Historico.html](http://www.ceeteps.br/QuemSomos/Perfil_Historico/Perfil_Historico.html)

<sup>7</sup> Marcos Antonio Monteiro – Diretor-superintendente do Centro Paula Souza (1996 – 2004)

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Almério Melquíades. Mudanças curriculares no ensino técnico de São Paulo. *Estudos Avançados*. vol 15, n.42. São Paulo, May/Aug. 2001.

BIANCHETTI, Roberto Gerardo. *O modelo neoliberal e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Programa de Legislação Educacional Integrado - ProLEI: INEP**. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/pesquisar.do>>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto 2208 de 17 de abril de 1997. **Programa de Legislação Educacional Integrado - ProLEI: INEP**. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/pesquisar.do>> . Acesso em: 03 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.154 de 23 junho de 2004. **Programa de Legislação Educacional Integrado - ProLEI: INEP**. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/pesquisar.do>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

BUENO, Maria S. S.. *Políticas atuais para o ensino médio*. Campinas SP: Papirus, 2000.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. *CEETEPS 1998: relatório de atividades*. São Paulo: CEETEPS, 1997

\_\_\_\_\_. *As propostas do CEETEPS – ensino técnico – ensino médio – sistema de avaliação*. São Paulo: CEETEPS, 1998.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Avaliação – SAI/ETE - 2006*. São Paulo: CEETEPS, 2007.

CARAVANTES, Geraldo R. et al. *Administração: teorias e processos*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CARNOY, Martin. *Razões para investir em educação básica*. Brasília: UNICEF/MEC, 1992.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. *Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil*: sumário executivo /Confederação Nacional da Indústria, Serviço Social da Indústria, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. – Brasília: CNI, 2007.

DELORS, Jacques (Coord.). *Educação: um tesouro a descobrir*. Brasília: UNESCO/MEC, 1998.

DELUIZ, Neise; GONZALES, Wania; PINHEIRO; Beatriz. Ongs e Políticas de Educação Profissional: propostas para a educação dos trabalhadores. *Boletim técnico do SENAC*. v. 29, n. 2, maio/agosto 2003. Disponível em: <<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/292/boltec292d.htm>>. Acesso em: 14 set. 2007.

MONTEIRO, Marcos Antônio. Reforma do ensino profissional. *Jornal do Centro Paula Souza*. São Paulo: CEETEPS: nº 116, out. 2004

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. *Boletim técnico do SENAC*. Rio de Janeiro. v. 27, n. 1, p. 26-37, abr., 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/271/boltec271c.htm>>. Acesso em: 30 out. 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza*. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2000.

SÃO PAULO (Estado) Decreto-lei de 06 de outubro de 1969. *Grupo de Informações Documentárias - GID-CEETEPS*. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br>>. Acesso em: 03 fev. 2007.

TORRES. Rosa. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (orgs.) *O Banco mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.

